

# Competência cultural no psicodrama brasileiro

*Cultural competence in Brazilian psychodrama*

*Competencia cultural en el psicodrama brasileño*

Heloisa Junqueira Fleury<sup>1,\*</sup>

O 22º Congresso Brasileiro de Psicodrama criou um espaço virtual para o conagraçamento de várias gerações de profissionais interessados no trabalho com grupos e individuais. No entanto, como é esperado de fenômenos grupais, centenas de participantes tomaram o palco e explicitaram semelhanças e diferenças, gerando conflitos e um pedido para que este editorial abordasse a exigência da sociedade de uma análise mais aprofundada da discriminação sistêmica, a qual impõe contextos hostis e prejudiciais a todos os envolvidos no processo.

Grupos minoritários, ou minorias, também relacionados aos grupos vulneráveis, são, por um lado, aqueles criados por relações de assimetria social em diversas esferas, como econômica, educacional, cultural etc. A maioria, por outro lado, é um agrupamento sem definição de características próprias, indicando um padrão erroneamente considerado próximo do que seria a normalidade. A minoria refere-se a um grupo particularizado e diferenciado do majoritário (Carmo, 2016). A partir de uma problematização de diferentes concepções, Carmo (2016) conclui que o conceito de minoria não se refere a uma dimensão quantitativa, mas a uma representatividade política menor.

Um estudo com estudantes universitários que se autorreconheciam como minorias (raça/etnia, estrangeiro ou não heterossexual) indicou que a violência sofrida dentro de um grupo gera prejuízos mais sérios para a saúde mental de populações vulneráveis, como imigrantes e minorias, confirmando que situações traumáticas, como a opressão e a discriminação, geram o trauma social. Quando isso ocorre no grupo, provoca-se o trauma de traição cultural (Gómez & Freyd, 2017).

A partir da década de 1990, o conceito de competência cultural começou a receber mais atenção. Tal conceito refere-se a três elementos básicos: o profissional identificar sua herança cultural e a forma como ela influencia em seu trabalho, ele ter conhecimento da forma como cada indivíduo a que atende percebe o mundo e ele desenvolver habilidades para trabalhar com indivíduos e grupos com referenciais culturais diferentes do seu (Fleury & Abdo, 2019). Inaugurava-se uma nova concepção de prática profissional, caracterizada pela flexibilidade, capacidade de adaptação e disponibilidade para novos conhecimentos sobre a população atendida e o próprio profissional (Fleury & Orozco, 2010).

Um estudo com profissionais de saúde identificou que a maioria dos respondentes (50% deles sem capacitação para o trabalho com populações multiculturais) considerava-se apto para atender as necessidades desse grupo, dispondo de conhecimentos das normas e costumes de diferentes culturas e facilidade de comunicação (Shepherd, Willis-Esqueda, Newton, Sivasubramaniam & Paradies, 2019). No entanto, observou-se que poucos iam além das questões práticas, não considerando

1. Pesquisadora autônoma – São Paulo (SP), Brasil.

\*Autora correspondente: hjfleury@uol.com.br

 ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5084-8390>



aspectos fundamentais nessa área, como o reconhecimento da influência do racismo, do desequilíbrio de poder, de vieses culturais e da necessidade de autorreflexão, relativa a seus próprios preconceitos (Shepherd et al., 2019).

O desconhecimento dessas iniquidades e da necessidade de autorreflexão pode precipitar, mesmo que não intencional, a opressão cultural, ou seja, a imposição de padrões culturais do profissional na prática com indivíduos e grupos (Sue & Sue, 2008).

O enfrentamento da opressão cultural nos grupos e na sociedade, em geral, exige o desenvolvimento da consciência crítica acerca de questões sociopolíticas relativas à discriminação de populações minoritárias (Carmo, 2016). Paulo Freire, muito próximo das propostas do psicodrama (Amaral & Costa-Renders, 2020), lutou pelo desenvolvimento da consciência crítica na educação, entendida como a capacidade de avaliar e agir contra os elementos sociais, políticos e econômicos de opressão em uma sociedade. O enfrentamento da discriminação exige consciência crítica sobre seus próprios privilégios, para que o profissional possa aplicar a metodologia socionômica a qual admiramos.

Este editorial tem como objetivo levantar elementos que embasem possibilidades de desenvolvimento da consciência crítica e da competência cultural na comunidade psicodramática.

## Estresse de minorias

O estresse de minorias é um fenômeno crônico que amplifica estressores naturais produzidos pelo contexto social (Meyer, 2003). Condições e expectativas de preconceito, ocultação da orientação sexual e estigma internalizado contribuem para maior vulnerabilidade de minorias (Flentje et al. 2020). Grupos minoritários, ou vulneráveis, por destoarem do que a sociedade erroneamente entende como suposto normal, como, por exemplo, orientação sexual, raça/etnicidade, gênero, idade, desabilidade física etc., vivenciam o estresse de minorias.

Uma revisão de estudos com minorias sexuais, ou seja, indivíduos não heterossexuais, identificou evidências de relação entre estresse da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, Queer (LGBTQ+)¹ e comprometimento da saúde física (Flentje, Heck, Brennan & Meyer, 2020). Lésbicas, gays e bissexuais apresentam maior prevalência de transtornos mentais do que heterossexuais, o que foi atribuído ao ambiente social hostil criado pelo estigma, pelo preconceito e pela discriminação, condições características do estresse de minorias (Meyer, 2003). Da mesma forma, indivíduos transgêneros ou não conformes o gênero atribuído ao nascimento apresentam comprometimento de sua saúde física e mental, também decorrente do estresse de minorias (Fleury & Abdo, 2018).

No que concerne ao estresse de minorias, a população negra lida diariamente com o preconceito racial, algumas vezes inconsciente, outras tantas comunicado diretamente, por meio de microagressões raciais, comentários ou comportamentos breves, aparentemente triviais, mas com conotação depreciativa e insultante a uma pessoa ou grupo (Sue et al., 2007). Embora, infelizmente, aparente ser algo corriqueiro, a microagressão traz consequências importantes para a pessoa alvo da “brincadeira”, afetando a saúde física e mental de quem a recebe. O poder das microagressões raciais está em sua transmissão inconsciente e baseia-se na ideologia da cegueira racial, caracterizada por evitar ver e abordar a discriminação racial e a injustiça. Nesse contexto, pessoas brancas tornam-se inconscientes da dimensão racial de suas ações (Schmidt, 2018), estando, portanto, alienadas de seus privilégios.

“Branquitude” refere-se à posição de sujeitos que acreditam ocupar um fictício topo da hierarquia racial, construída por uma confluência de eventos históricos e políticos. Diz respeito a pessoas que são brancas não só no fenótipo, mas na forma como



1. LGBTQ+ é uma sigla que significa Lésbica, Gay, Bissexual, Transgênero, Queer. O sinal + significa toda a população não heterossexual ou não cisgênero que não tenha sido representada por essas iniciais. Ver <https://pt.wikipedia.org/wiki/LGBT>

são sistematicamente privilegiadas no acesso a recursos materiais e simbólicos. Considerar-se nessa condição privilegiada funciona como guardiã silenciosa de privilégios (CRPSP, 2019).

Também as pessoas com deficiência sofrem o comprometimento de sua saúde mental pelo capacitismo, relativo à falta de acessibilidade em espaços urbanos e à consequente perda da garantia de direitos humanos (Gomes & Garcia, 2017)

Nesse contexto, o terapeuta se forma como pessoa e, posteriormente, como profissional sem a sensibilidade cultural necessária a seu trabalho. Com isso, a agressão racial ou as ações dessa natureza podem surgir nos grupos, conscientemente ou não (Haen & Thomas, 2018).

## Algumas contribuições da psicologia

O Conselho Federal de Psicologia tem criado resoluções e promovido debates estimulando a competência cultural dos profissionais, como, por exemplo, a resolução 01/1999, que regulamentou o exercício profissional sobre orientação sexual. Há mais de duas décadas, incentiva o enfrentamento ao preconceito e à violência.

Em 2019, o periódico *Psicologia: Ciência e Profissão*, publicação do Conselho Federal de Psicologia, lançou uma edição especial sobre orientações sexuais e identidades de gênero<sup>2</sup>, visando estimular a “produção do conhecimento, a reflexão sobre as práticas profissionais, o enfrentamento às violências, as políticas e outras construções possíveis frente às orientações sexuais e identidades de gênero”.

A resolução 18/2002 do Conselho Federal de Psicologia, relativa ao preconceito e à discriminação racial, estimulou a “criação de condições para eliminar a opressão e a marginalização do ser humano gerada pelo preconceito racial que humilha e gera sofrimento”.

O Conselho Federal de Psicologia também emitiu a nota técnica para avaliação psicológica de pessoas com deficiência (CFP, 2019).

A discriminação de grupos minoritários em sala de aula e em outros ambientes de convivência social ocorrem geralmente sob a forma de microagressões, que são fonte de desconforto e desencadeiam facilmente sentimentos de estar sendo atacado, além da necessidade de se defender ou defender seu ponto de vista. Um estudo qualitativo consultou professores sobre como seus alunos expressavam resistência diante de diálogos difíceis surgidos em sala de aula sobre racismo, sexo, homofobia, capacitismo etc. Os professores identificaram, na reação dos alunos, demonstrações de temor, sob a forma de medo ou de “arrogância”, decorrentes do receio de perder poder e da defesa para voltar ao conforto próprio de sua identidade privilegiada (Watt, 2007).

Esses diálogos difíceis provocam estratégias defensivas previsíveis entre aqueles que desejam a manutenção de seus privilégios, que foram identificados nesse mesmo estudo qualitativo: negação, distorção, racionalização, intelectualização, alegação de um princípio pessoal ou religioso, falsa inveja, benevolência e minimização (Watt, 2007).

Na década de 1970, uma importante contribuição foi da psicologia feminista, com sua concepção de desenvolvimento emocional, caracterizada por um modelo teórico relacional-cultural para a compreensão do desenvolvimento emocional e da identidade feminina, diferenciado do referenciado na experiência masculina (Fleury, 2006). Embora, na atualidade, considera-se um contínuo de identidades de gênero, decorrente da concepção de sexo não binário, a integração de valores feministas



---

2. A edição especial em questão está disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_issuetoc&pid=1414-989320190007&lng=pt&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1414-989320190007&lng=pt&nrm=iso)

favoreceu o desenvolvimento de um modelo que não valoriza um gênero e propõe o treinamento de assertividade e uma ação social, priorizando uma mudança sistêmica, por meio da conscientização e da redistribuição do poder social e político (Fleuridas & Krafcik, 2019).

Os modelos tradicionais de psicoterapia valorizavam condições intrapsíquicas na compreensão das dificuldades do indivíduo. O psicodrama, pelo contrário, valorizou o relacionamento do indivíduo com seu contexto, alinhado com um paradigma mais atual de considerar também o contexto social na etiologia do sofrimento humano.

O reconhecimento de que a opressão social e o uso indevido de privilégio comprometem a saúde mental caracteriza outra contribuição do campo das psicoterapias, com ênfase em intervenções grupais preventivas, voltadas para a garantia dos direitos humanos e uma distribuição mais justa de poder, recursos e oportunidades, integrando o multiculturalismo e a justiça social. Isso exige que o terapeuta conheça a política do poder – inclusive do poder opressivo da injustiça e o libertador da justiça social (Ratts & Pedersen, 2014).

Surgem, dessa forma, novas referências para a formação de profissionais culturalmente aptos e comprometidos com a defesa de direitos do cliente, para combater, inclusive em si mesmo, práticas com vieses preconceituosos e discriminatórios.

A justiça social vai além de abordar questões de equidade, relações de poder e opressão institucionalizada. Exige desafiar a ideologia dominante e defender mudança nas políticas e práticas institucionais, o que demanda maior consciência e reavaliação do sistema de valor dominante em sua cultura (Fleuridas & Krafcik, 2019).

## Perspectivas

O racismo implícito ocorre quando a pessoa desconhece seu viés discriminatório presente nas microagressões raciais. Quando ocorre no contexto terapêutico, o profissional geralmente não está consciente, sendo esta também uma forma de viés racial implícito. A preparação do profissional para abordar essa questão nos grupos exige identificar seu próprio viés implícito e suas experiências com o racismo. Stevens e Abernethy (2018) alertam para sentimentos de vergonha na abordagem dessa questão, o que gera distanciamento entre os membros do grupo.

O desenvolvimento da competência cultural pode perpetuar mitos, vieses e estereótipos presentes na sociedade, se não forem considerados os valores e a orientação do próprio grupo cultural atendido. Trata-se de um processo para toda a vida, que exige a abordagem de vieses não conscientes e autorreflexão cultural (Watts, Abbott, & Reath, 2016).

O psicodramatista, alinhado à proposta de trabalhar com grupos multiculturais e consciente da importância da justiça social para a saúde mental dos membros, necessariamente precisa estar informado da influência de seus vieses implícitos e usufruir da riqueza metodológica do psicodrama, para desenvolver consciência crítica e poder assumir um papel ativo na abordagem dessas questões.

O legado que o 22º Congresso Brasileiro de Psicodrama deixa ao psicodrama brasileiro é o reconhecimento de que o profissional precisa desenvolver competência cultural para estar mais consciente de suas próprias suposições, preconceitos e valores, com compreensão da visão de mundo dos indivíduos e dos grupos e conhecimentos que facilitem reconhecer e respeitar diferentes grupos e desenvolver estratégias e técnicas de intervenção apropriadas à essa diversidade.

A comunidade psicodramática brasileira está sendo convidada a desenvolver consciência crítica para se engajar em diálogos difíceis, sempre que a oportunidade se apresentar.

## REFERÊNCIAS

- Amaral, M. S. S., & Costa-Renders, E. C. (2020). Desafios ao encontro: contribuições de Moreno e Freire para a educação de jovens e adultos. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 28(2): 94-105. <https://doi.org/10.15329/2318-0498.19368>
- Carmo, C. M. (2016). Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in)tolerância: uma relação linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação do ódio no contexto brasileiro. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 64, 201-223. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i64p201-223>
- Conselho Federal de Psicologia. (1999). *Resolução CFP nº 001/99 de 22 de março de 1999*. São Paulo: CFP. Recuperado de [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999\\_1.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf)
- Conselho Federal de Psicologia (2002). *Resolução CFP nº 18/2002*. São Paulo: CFP. Recuperado de [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002\\_18.PDF](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF)
- Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2019). *Nota técnica n.4/2019/GTEC/CG*. São Paulo: CFP. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/04/Nota-T%C3%A9cnica-04.2019-03.04.2019-FINAL.pdf>
- Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRPSP). (2019). O papel da branquitude nas desigualdades raciais. *Jornal PSI*, 194:8-15. Recuperado de <https://www.crpasp.org/impresso/view/403>
- Flentje, A., Heck, N. C., Brennan, J. M., & Meyer, I. H. (2020). The Relationship Between Minority Stress and Biological Outcomes: A Systematic Review. *Journal of Behavioral Medicine*, 43, 673-694. <https://doi.org/10.1007/s10865-019-00120-6>
- Fleuridas, C., & Krafcik, D. (2019). Beyond Four Forces: the Evolution of Psychotherapy. *Sage Open*, 9(1): 1-21. <https://doi.org/10.1177/2158244018824492>
- Fleury, H. J. (2006). Grupo de mulheres. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 14:121-30.
- Fleury, H. J., & Abdo, C. H. N. (2018). Atualidades em disforia de gênero, saúde mental e psicoterapia. *Diagnóstico & Tratamento*, 23(4), 147-151. Recuperado de [http://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/04/987487/rdt\\_v23n4\\_147-151.pdf](http://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/04/987487/rdt_v23n4_147-151.pdf)
- Fleury, H. J., & Abdo, C. H. N. (2019). Competência cultural do profissional de saúde sexual. *Diagnóstico & Tratamento*, 24(2), 64-66. Recuperado de [http://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/09/1015339/rdt\\_v24n2\\_64-66.pdf](http://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/09/1015339/rdt_v24n2_64-66.pdf)
- Fleury, H. J., & Orozco, M. C. (2010). Competência cultural: um aspecto da clínica. In M. M. Marra, L. F. Costa, orgs. *Temas da clínica do adolescente e da família* (pp. 25-35). São Paulo: Ágora.
- Gomes, R. B., & Garcia, A. L. C. (2017). A falta de acessibilidade urbana para pessoas com deficiência e suas implicações em saúde mental e garantia de direitos humanos. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, 9(24), 230-253. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/69615>
- Gómez, J. M., & Freyd, J. J. (2017). Psychological Outcomes of Within-Group Sexual Violence: Evidence of Cultural Betrayal. *Journal of Immigrant and Minority Health*, 20(6), 1458-1467. <https://doi.org/10.1007/s10903-017-0687-0>
- Haen, C., & Thomas, N. K. (2018). Holding History: Undoing Racial Unconsciousness in Groups. *International Journal of Group Psychotherapy*. 68(4), 498-520. <https://doi.org/10.1080/00207284.2018.1475238>
- Meyer, I. H. (2003). Prejudice, Social Stress, and Mental Health in Lesbian, Gay, and Bisexual Populations: Conceptual Issues and Research Evidence. *Psychological Bulletin*, 129(5), 674-97. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.129.5.674>
- Ratts, M. J., & Pedersen, P. B. (2014). *Counseling for Multiculturalism and Social Justice: Integration, Theory, and Application* (4th ed.). Alexandria, VA: American Counseling Association. Recuperado de <https://www.counseling.org/Publications/FrontMatter/78088-FM.PDF>

- Schmidt, C. (2018) Anatomy of Racial Micro-Aggressions. *International Journal of Group Psychotherapy*, 68(4), 585-607. <https://doi.org/10.1080/00207284.2017.1421469>
- Shepherd, S. M., Willis-Esqueda, C., Newton, D., Sivasubramaniam, D., & Paradies, Y. (2019). The Challenge of Cultural Competence in the Workplace: Perspectives of Healthcare Providers. *BMC Health Service Research*, 19(1), 135. <https://doi.org/10.1186/s12913-019-3959-7>.
- Stevens, F.L., & Abernethy, A. D. (2018). Neuroscience and Racism: The Power of Groups for Overcoming Implicit Bias. *International Journal of Group Psychotherapy*, 68(4), 561-584. <https://doi.org/10.1080/00207284.2017.1315583>
- Sue, D. W., Capodilupo, C. M., Torino, G. C., Bucceri, J. M., Holder, A. M. B., Nadal, K. L., & Esquilin, M. (2007). Racial Microaggressions in Everyday Life: Implications for Clinical Practice. *American Psychologist*, 62(4), 271-286.
- Sue, D.W., & Sue, D. (2008). *Counseling the Culturally Diverse: Theory and practice* (5ª ed). Hoboken: John Wiley.
- Watt, S.K. (2007). Difficult Dialogues, Privilege and Social Justice: Uses of the Privileged Identity Exploration (PIE) Model in Student Affairs Practice. *The College Student Affairs Journal*. 26(2), 114-26.
- Watt, K., Abbott, P., & Reath, J. (2016). Developing Cultural Competence in General Practitioners: an Integrative Review of the Literature. *BMC Family Practice*, 17, 158. <https://doi.org/10.1186/s12875-016-0560-6>